



ID: 121934978

09-03-2026

40 anos depois, a UE caiu em si

**Ricardo Paes Mamede**

Após décadas a proibir a política industrial, Bruxelas descobre agora que não é possível ter desenvolvimento económico sem ela

O ruído das bombas a cair em Teerão fez passar despercebido um momento histórico em Bruxelas. Quarenta anos depois, a União Europeia reconheceu, enfim, que o modelo de desenvolvimento que vem seguindo até aqui foi um equívoco.

Desde o Renascimento italiano que os Estados se empenharam em desenvolver activamente as capacidades produtivas das economias nacionais. Foi assim nas Repúblicas de Génova, Veneza e Nápoles, contribuindo para a sua afirmação como potências manufactureiras. A Inglaterra da dinastia Tudor, desde finais do século XV, adoptou estratégias semelhantes, apoiando a produção de manufacturas e fomentando as exportações com tarifas alfandegárias, subsídios, incentivos à inovação e restrições à exportação de matérias-primas. Apesar dos protestos de Adam Smith e David Ricardo, a Inglaterra manteve-se uma potência protecionista por muito tempo, com um Estado empenhado no desenvolvimento das indústrias nacionais, só abandonando esse modelo em meados do século XIX, quando as empresas britânicas já dominavam os quatro cantos do globo.

Os Estados Unidos do pós-independência perceberam bem que jamais sairiam da sombra britânica se não desenvolvessem as suas próprias capacidades de produção. Ao contrário do que se julga, não deixaram esse papel aos mercados. Ao longo do século XIX recorreram a tarifas para proteger indústrias nascentes, incentivos à inovação, estímulos à migração de trabalhadores qualificados e envolvimento directo do governo federal na produção e na aquisição de bens fabricados por empresas americanas. Tal como a Inglaterra, os EUA só abandonaram o proteccionismo alfandegário quando já eram a maior potência económica, tecnológica, financeira e militar. Mesmo assim, desde a Segunda Guerra Mundial até hoje, o Estado federal foi sempre a força motriz por detrás dos desenvolvimentos tecnológicos de ponta.

As experiências inglesa e americana não passaram despercebidas noutros países. Ainda no século XIX, a Alemanha pós-unificação e o Japão da restauração Meiji compreenderam que o caminho para a prosperidade passava pelo desenvolvimento

das capacidades endógenas – e que esse desenvolvimento não ocorreria por simples trocas mercantis, na ausência de orientação estatal. Investiram em infra-estruturas, estimularam a produção agrícola e industrial com compras e empresas públicas, protecção alfandegária, subsídios e apoio à formação e à investigação científica em áreas específicas. No início do século XX, Alemanha e Japão tinham ultrapassado a Inglaterra enquanto potências industriais.

Ao longo do século XX, os exemplos multiplicam-se. Em países como o Brasil, a França, a Coreia do Sul ou a China, governos de inclinações muito diversas puseram as políticas públicas ao serviço de projectos de desenvolvimento nacional, ajudando a transformar economias atrasadas em potências produtivas. Tirando casos singulares como Hong Kong, é difícil encontrar experiências bem-sucedidas de desenvolvimento económico sem um papel decisivo do Estado.

Nos últimos 40 anos, não foi por aí que a UE quis avançar. No imaginário de Bruxelas e das capitais nacionais, a Europa só precisaria de aderir ao receituário do comércio livre para se afirmar como potência económica mundial. O grande salto em frente deu-se com o Acto

Único Europeu de 1986, que colocou Jacques Delors no altar do “projecto europeu”. O objectivo era desmantelar não apenas as barreiras alfandegárias entre Estados-membros, mas impedir que os governos nacionais utilizassem instrumentos como compras públicas, empresas do Estado ou subsídios para fomentar o desenvolvimento das suas economias. O Tratado de Maastricht de 1992 consolidou a estratégia e acrescentou-lhe restrições ao uso



A Comissão anunciou há dias a nova “Lei do Acelerador Industrial”, uma tentativa tardia de combinar política industrial, segurança económica e transição climática



WOJTEK LASKI/GETTY IMAGES

de políticas orçamentais, monetárias e cambiais. Ao nível externo, a UE promoveu a liberdade de comércio e investimento com outros blocos económicos. No imaginário europeu, a receita para o sucesso seria um continente sem fronteiras internas e externas, onde os Estados não fizessem mais do que manter a estabilidade financeira e a flexibilidade dos mercados, e onde as autoridades europeias se focassem em promover a concorrência e a disciplina orçamental.

Quarenta anos depois, aqui estamos. O PIB *per capita* da UE está hoje mais distante dos EUA do que estava há quatro décadas. A unificação dos mercados não deu origem a uma maior presença europeia no desenvolvimento e produção das tecnologias mais avançadas. A UE está hoje mais dependente de capacidades produtivas externas para prosseguir até objectivos que ela própria definiu, como o da descarbonização.

A explicação mais frequente para este estado de coisas é que a UE não levou suficientemente longe a unificação e a liberalização dos mercados. Para alguém com muita fé, a doutrina é sempre mais forte do que a realidade. Como se a UE se distinguísse mais pela falta de liberalização do que pela ausência de políticas activas de desenvolvimento de capacidades produtivas.

A Comissão Europeia anunciou há dias a nova “Lei do Acelerador Industrial”. A proposta pretende inverter o declínio relativo da indústria europeia. Para isso, Bruxelas propõe acelerar o licenciamento de novos projectos industriais, criar mercados de procura para produtos industriais de baixo carbono, introduzir requisitos de origem europeia em compras públicas e estabelecer condições para grandes investimentos estrangeiros que garantam a transferência de tecnologia e a integração nas cadeias de valor europeias. Ao mesmo tempo, os Estados-membros poderão criar zonas industriais prioritárias, com procedimentos administrativos simplificados e incentivos à concentração empresarial. A iniciativa é uma tentativa tardia de combinar política industrial, segurança económica e transição climática.

Mas a mudança não será simples. Mesmo as medidas mais modestas esbarram nas contradições internas da própria União. Durante décadas, a arquitectura institucional europeia foi desenhada para limitar a utilização de instrumentos clássicos de política industrial – desde as regras de concorrência e de auxílios de Estado até às restrições orçamentais e à centralização das competências comerciais. A isto juntam-se divergências entre Estados-membros, cujas estruturas produtivas e interesses industriais nem sempre coincidem.

Depois de 40 anos a proibir a política industrial, Bruxelas descobre agora que não é possível fazer desenvolvimento económico sem ela. Resta saber se a Europa conseguirá agora fazer em poucos anos aquilo que durante quatro décadas tratou de impedir.

Economista e professor do ISCTE